

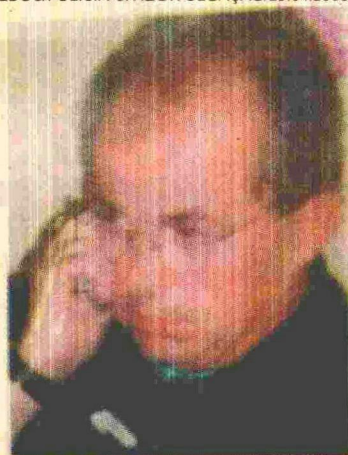
CEDOC/POLÍCIA CIVIL/DIVULGAÇÃO/29.04.2005

Audidores continuam presos

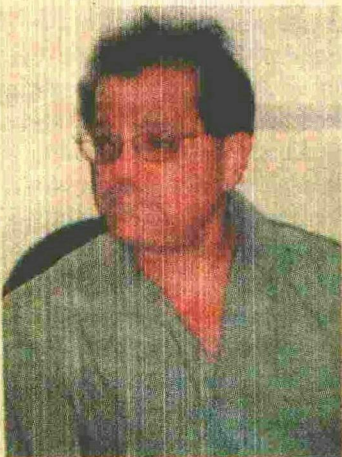
Acusados de fraude e extorsão negam, em depoimento, participação no caso



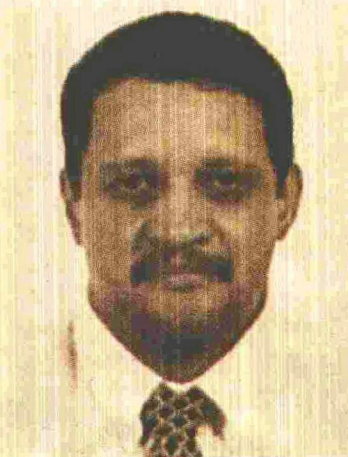
Helton Correia de Souza



Francisco Lúcio Gomes



Antônio dos S. Albuquerque



Waldemar W. dos Santos Filho

O juiz Márcio Evangelista Ferreira, da 3ª Vara Criminal, negou o pedido de liberdade provisória para os contadores Francisco Lúcio Gomes, Antônio dos Santos Albuquerque, Helton Correia de Souza e Waldemar Walter dos Santos Filho. Eles foram ouvidos ontem pelo juiz – que acatou denúncia do Ministério Público – e negaram fazer parte de uma quadrilha especializada em fraudar o sistema tributário, extorquir empresários da região e desviar mais de R\$ 50 milhões dos cofres do Distrito Federal, nos últimos seis meses.

Francisco, Antônio, Helton e Waldemar foram presos no dia 28 de abril. A quadrilha

foi desbaratada durante a primeira fase da Operação Têntaculo, realizada pela Divisão de Combate ao Crime Organizado (Deco) da Polícia Civil. Eles vão continuar presos no Departamento de Polícia Especializada (DPE).

Hoje, a partir das 9h, serão ouvidos o presidente do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (Fart), Jaime Pereira Sardinha; o ex-presidente da corte, o auditor aposentado Vicente de Paulo Ribeiro; a auditora Sônia Maria de Andrade Santos, apontada como uma das chefes do esquema; o auditor Tomaz Canabrava Júnior; e Lincoln Trindade Neto.

Na próxima quarta-feira,

o juiz Márcio Evangelista vai interrogar o auditor Sami Kuperchmit, acusado pela polícia de liderar o grupo com Sônia e a filha dele, a advogada Tâmara Kuperchmit. A partir do recebimento da denúncia, os 12 acusados terão três dias para apresentar a defesa prévia. Enquanto isso, vão continuar presos.

INVESTIGAÇÕES – O grupo, segundo os policiais que trabalham nas investigações, é formado por mais de 80 pessoas, entre políticos, empresários advogados e servidores da Subsecretaria de Receita do DF. Durante as investigações, a polícia apreendeu mais de 50 computadores, disquetes,

CDs e documentos em 30 empresas e na sede da Receita, no edifício Vale do Rio Doce, no Setor Bancário Norte.

Segundo o delegado Cícero Jairo, chefe da Deco, o material foi encaminhado para perícia no Instituto de Criminalística da Polícia Civil e comprova a ligação dos envolvidos com a quadrilha. O delegado acrescenta que os bens dos acusados (carros importados, casas e apartamentos luxuosos) são incompatíveis com os salários que recebem.

O secretário da Fazenda, Valdivino Oliveira, contou que cada auditor fiscal envolvido no golpe ganha, em média, R\$ 12 mil por mês. Eles foram afastados de suas funções.